

**REUNIÕES ANUAIS DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
E
DO GRUPO BANCO MUNDIAL**

MEMORANDO DOS GOVERNADORES AFRICANOS

PARA

**Dr. JIM YONG KIM,
PRESIDENTE DO GRUPO BANCO MUNDIAL**

E

**SRTA. CHRISTINE LAGARDE,
DIRETORA-GERENTE DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

WASHINGTON, D.C., OUTUBRO DE 2017

INTRODUÇÃO

1. De acordo com o Banco de Dados de Investimento e Capital Social 1960-2015 do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2016), África permanece a região mais subcapitalizada do mundo: baixos níveis de investimentos públicos e privados e uma grande parcela das aplicações em investimentos destinam-se a despesas recorrentes. A representar 0,04% do Produto Interno Bruto, a despesa pública na agricultura ainda fica atrás das outras regiões e do Investimento Estrangeiro Directo (FDI) é negligenciável. No entanto, segundo mostram as evidências, a agricultura é um alicerce importante para a transformação económica criar rapidamente o crescimento inclusivo e emprego, bem como reduzir a pobreza de forma sustentável. No entanto, o Continente importa mais de 15 milhões de toneladas de cereais por ano apenas para atender à demanda crescente de alimentos.
2. Neste panorama nós, Governadores africanos, nos reunimos em Gaborone, República de Botswana, de 2 a 4 de Agosto de 2017 para discutir a “Transformação Económica e Geração de Empregos:” e com enfoque na agricultura em África. Neste sentido, o nosso Memorando de 2017 visa a conseguir apoio adicional das Instituições de Brettons Woods (BWIS) nas seguintes áreas: a) Fundamentos da Política Agrícola: Reformas e Agenda de Políticas; b) Tecnologias Agrícolas e Cadeias de Valor e Criação de Empregos Sustentáveis para Mulheres; c) Financiamento da Infraestrutura e Inclusão Financeira; e d) Quota, Direito à Palavra e Diversidade.

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA: REFORMAS E AGENDA

3. Segundo observamos, o enfoque actual para passar da agricultura de subsistência para a agricultura comercial por meio de maior suprimento de produtos e atribuir maior importância a grandes propriedades agrícolas demonstrou ser insuficientes e frequentemente inadequados para remover restrições ao crescimento agrícola inclusivo. Portanto, para conseguir uma transformação estrutural são urgentemente necessárias reformas de políticas e estratégias, para além de conseguir os elementos fundamentais correctos, de forma que os recursos fluam no sentido do sector agrícola. Entre estes figuram políticas e estratégias para melhorar o clima de investimento, desenvolver a infraestrutura rural, remover a rigidez existente no mercado de terras, melhorar o acesso de pequenos proprietários ao financiamento rural, melhorar a prestação de serviços agrícolas, para além de investir na infraestrutura física, capital social e humano, progresso tecnológico e inovação, bem como na diversificação de produtos e mercados.
4. Portanto, instamos o Grupo Banco Mundial e o FMI a reforçarem o seu papel e reexaminarem os seus instrumentos de investimentos de forma a facilitar e capacitar a transformação do sector agrícola em África. As ferramentas de políticas e as abordagens poderiam focar o comércio e a política económica, o sector alfandegário e a logística, bem como o apoio directo às empresas. Por conseguinte, a agenda de políticas poderia relacionar as seguintes três áreas principais que colectivamente oferecem uma plataforma na qual se podem desenvolver os diálogos de políticas necessários:

- *Elementos fundamentais* (p.ex., tendenciosidades económicas devido às barreiras tarifárias e não tarifárias, alinhamento erróneo da taxa de câmbio real, distorções tributárias e solidez fiscal geral da economia).
 - *Infraestruturas materiais e não materiais* (p.ex., infraestrutura, logísticas alfandegárias e comerciais, bem como custos de fazer negócios).
 - *Medidas do lado da oferta* (p.ex., criação e adaptação da tecnologia, padrões de produtos e certificação, promoção das exportações e desenvolvimento de recursos humanos).
5. Para além disto, instamos atenção especial para os países pequenos de baixo rendimento. Com frequência esses países enfrentam problemas estruturais semelhantes e outros desafios ao desenvolvimento tal como a maioria dos países de baixo rendimento e, portanto, também requerem instrumentos apropriados para enfrentar os seus desafios.

TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS, CADEIAS DE VALOR E CRIAÇÃO DE EMPREGOS SUSTENTÁVEIS PARA JOVENS E MULHERES

6. Consideramos o desenvolvimento de cadeias de valor como elemento fundamental na abordagem da pobreza, especialmente entre mulheres e jovens. Neste panorama procuramos reforçar a produção agrícola e os agronegócios em toda a cadeia de valores: desde o investimento em suprimentos, produção, gestão pós-colheita para o processamento e comercialização. Estamos convencidos de que, com o seu conhecimento, perícia e instrumentos de financiamento, o Grupo Banco Mundial e o FMI podem desempenhar um papel instrumental no apoio a esta agenda.
7. Portanto, instamos o Grupo Banco Mundial a desenvolver e implementar um Plano de Acção Conjunto (IDA/IFC/MIGA) para apoiar a agenda de transformação agrícola de África nos próximos 3-5 anos para ajudar os países a:
- Aumentar a produção agrícola e a produtividade no âmbito da propriedade agrícola, bem como melhorar a resiliência para enfatizar um clima agrícola mais inteligente. Neste sentido, nós desejamos um aumento significativo da parcela de África nos compromissos do IDA18 relacionados com um clima agrícola mais inteligente; e gestão da terra, florestas e recursos hídricos a serem implementados em África durante o ciclo do IDA 18;
 - Vincular os agricultores aos mercados e reforçar as cadeias de valor ao enfatizar ao mesmo tempo maior apoio ao sector privado; e
 - Reduzir o risco e a vulnerabilidade por meio da ênfase em gestão de riscos, nutrição e género.

FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO FINANCEIRA

8. O financiamento da infraestrutura e inclusão financeira são inevitáveis na promoção da produtividade do sector de agronegócios. Para alcançar este duplo objectivo instamos o Grupo Banco Mundial e o FMI a apoiar os países no seguinte: (i) diminuição de riscos do financiamento agrícola por meio de instituições de risco de crédito; (ii) identificação de

instituições nacionais e estrangeiras (DFIs) com apetite de risco na agricultura e promover um desenvolvimento e inclusão financeiros seguros, bem como capacitar uma competição igualitária; (iii) criação dum espaço fiscal dentro dos nossos orçamentos públicos, juntamente com a mobilização de recursos privados e externos, para atender às necessidades da infraestrutura agrícola e operacionais; e (iv) identificar os agricultores actuais e os capacitar a terem acesso ao financiamento, bem como impulsionar o seu potencial.

9. Para manter esta estratégia acolhemos com satisfação e esperamos um uso criterioso e uma repartição regional dos recursos provenientes do Guiché do Sector Privado (PSW) do Grupo Banco Mundial; do Mecanismo de Financiamento Misto; do Mecanismo de Redução de Riscos; e de PPPs inovadoras para ajudar a liberar o financiamento comercial e de longo prazo à agricultura em África, ao contar ao mesmo tempo com o assessoramento em políticas e a assistência técnica das Instituições de Bretton Woods (BWIs) no intuito de melhorar a capacidade institucional da mobilização de recursos domésticos (DRM) em África.
10. Mais especificamente, instamos as BWIs a ajudarem os nossos países a cumprirem o objectivo da União Africana de alocação de 10% do orçamento nacional ao desenvolvimento agrícola estabelecido na Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar (2003) para acelerar a transformação agrícola com vistas a uma prosperidade compartilhada. Aguardamos ansiosamente a Revisão de 2018 dos Dispositivos do FMI para Países de Baixo Rendimento e esperamos que os instrumentos revisados ou novos estejam mais bem orientados para objectivos do crescimento. De modo especial, pedimos flexibilidade na formulação e condicionalidade do programa apoiado pelo FMI para atender ao investimento público necessário e significativo no sector, coerente com a preservação fiscal e sustentabilidade da dívida. Neste sentido, instamos as BWIs a assegurarem que o revisado Mecanismo de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixo Rendimento (LIC DSF) esteja em melhor sintonia com o nexus de crescimento-investimento e que as análises de sustentabilidade da dívida se baseiem em premissas macroeconómicas realistas.

QUOTA, DIREITO À PALAVRA E DIVERSIDADE.

11. Reconhecemos certo progresso elogiável alcançado em diversas questões levantadas no nosso Memorando anterior, inclusivamente atingir o objectivo da Diversidade para o pessoal de descendência africana e caribenha que constitui 12,5% do quadro de pessoal, bem como o compromisso do Banco Mundial de elevar este objectivo a 15% no exercício financeiro de 2018. No entanto, embora o BIRD tenha atingido a sua meta, a IFC e a MIGA fizeram muito pouco progresso e ficaram abaixo da meta. Portanto, instamos a Administração tanto da IFC quanto da MIGA a tomarem as medidas necessárias para atingirem as suas metas. Para além disto, dada a baixa representação de nacionais da África Subsariana na administração de nível médio (o nível médio ausente), nas duas instituições, pedimos que o Grupo Banco Mundial e o FMI tomem as medidas deliberadas para a criação

dum inventário de africanos de nível médio a sénior, a fim de assegurar a existência de um quadro adequado de africanos nos níveis tanto técnico como gerencial a serem promovidos a níveis mais altos quando surgirem vagas. Reiteramos o nosso apelo no sentido de aumentar a diversidade do pessoal no FMI, especialmente na representação de nacionais das regiões do Sub-Sahara e do Norte da África que continuam a serem sub-representadas.

- 12.** Acolhemos com satisfação os esforços no sentido de realinhar os accionistas do Banco Mundial. Quanto ao FMI, reiteramos o nosso apelo para a conclusão da 15ª Revisão Geral de Quotas até as Reuniões Anuais de 2019, juntamente com a elaboração duma nova fórmula de quotas. Esperamos que a nova fórmula de quotas do FMI resulte em melhores acções com direito a voto para os países africanos membros proporcionais ao seu dinamismo económico. Reiteramos também o nosso apelo de longa data no sentido duma terceira presidência para a África Subsariana na Directoria Executiva do FMI, a fim de melhorar a representação desses países e aliviar a excepcionalidade dum pesado ónus para as duas presidências existentes para a África Subsariana.